

Eu quero falar que o estado do Rio de Janeiro é um dos estados mais pretos do país, porém é um dos estados mais racistas do país. É o estado onde há a necropolítica, o extermínio da juventude negra está institucionalizado; é um dos estados onde a polícia mais mata, e é um dos estados que mais depreda casas de com matriças africanas.

Então, realmente o debate racial, o debate do racismo, ele acaba, mesmo quando a intenção não era essa, a gente precisa trazer essa questão para a pauta, porque acaba sustentando todas as outras questões que nos atravessam enquanto sociedade. Então eu quero começar apontando isso.

E mais do que um estado racista, quem falou aqui antes de mim? Sérgio né, representante do governo do estado, já dizia isso. Que ele traz um indicativo do governador de que ele quer um governo do estado que olhe para o interior, porque o estado forte depende do interior forte. Isso me parece óbvio, mas o óbvio precisa ser dito. E é muito importante ver uma representação do governo do estado dizendo isso. Porque o estado do Rio de Janeiro, de fato, ele historicamente não olha para o seu interior. Porque o estado do Rio de Janeiro, é como se o governador, historicamente, fosse uma co-participação da prefeitura do estado do Rio de Janeiro. Porque todas as ações, elas acabam sendo voltadas para a região metropolitana do Rio. E para quem está fora desse contexto, que é o conjunto das comunidades, que a situação, a condição da maioria do conjunto das comunidades tradicionais, está fora do olhar do estado.

Então, ouvir isso de uma representação do governo do estado, ainda que a gente espere ver isso na prática, mas só de ouvir isso já me sinaliza algo que nos interessa, e a iniciativa da deputada também vem convergindo nessa mesma perspectiva.

Mas apesar disso, eu quero só trazer um histórico quando a Ivone fala que temos mais de cinquenta comunidades quilombolas identificadas, reconhecidas oficialmente Fundação Palmares, 48, eu quero dizer que o estado do Rio de Janeiro das titulações de quilombo que tem, duas foram emitidas pelo governo do estado. Que é o Campinho da Independência, que é a minha comunidade, que foi a primeira comunidade titulada no ano de 1999, em Paraty. E Preto Frio, que fica em Cabo Frio, que foi titulado em 2012.

Porém, nenhum desses dois casos foi uma iniciativa própria do governo do estado; foram processos federais cuja cadeia dominial indicava para uma terra pública estadual, que, portanto, devia o estado concluir esse processo de entrega do título de propriedade conforme preconiza o artigo 68. Ou seja, a atitude não foi do governo do estado, e nunca foi. Só foi a entrega por uma questão objetiva do processo de titulação.

Então, a gente precisa que o estado do Rio de Janeiro recepcione essa agenda. E mais do que isso, quero falar sobre as comunidades tradicionais de uma forma geral, que é o grande objeto da nossa discussão.

Aqui no sul do Rio, ouso dizer que seja a região de maior concentração das comunidades tradicionais, porque nós temos aqui os grupos indígenas, os Guarani e Pataxó, temos as comunidades quilombolas, de Campinho da Independência, Cabral, Santa Rita do Bracuí, Auto da Serra. Temos aqui um conjunto de muitas comunidades caiçaras, todas sofrendo com a especulação imobiliária, com essa pressão imobiliária, e por que não falar do quilombo Santa Justina e Santa Izabel, que está a uma hora do centro do Rio de Janeiro, a poucos minutos da saída da avenida Brasil, e que é um quilombo que hoje não tem acesso a escola porque não pode? É um quilombo onde as pessoas não andam na rua sozinhas, dentro da comunidade, nas estradas internas, precisa andar sempre em grupo porque eles não sabem o que pode acontecer.

Enfim, então a gente precisa que realmente o Estado do Rio de Janeiro assuma um compromisso, uma responsabilidade com a sua população.

Sobre o projeto de lei em si, deputada, que é o que importa falar nesse momento, eu acho que a iniciativa é importante, mas eu me preocupo um pouco com alguns pontos do conteúdo. Principalmente das emendas que estão vindo de comissões. Eu poderia falar especificamente do parágrafo 5 do artigo 6, que traz uma perspectiva punitivista, eu diria. Quando ele fala "o título outorgado para a regularização fundiária será extinto no caso de descumprimento das finalidades". Então assim, a gente nem começou ainda a executar uma política, a gente já está fazendo uma previsão da punição daquela comunidade.

O próprio início do projeto de lei, ele traz uma perspectiva ambiental. Isso é uma preocupação que a gente tem, é como se as comunidades tradicionais no Brasil, elas existissem para cumprir um serviço ambiental, aquilo que o conjunto da sociedade não faz. Muito pelo contrário, porque hoje a gente tem inclusive um ministro do meio ambiente que é contra o meio ambiente, que atenta contra o meio ambiente. Então, depositar em nós essa demanda ambiental, esse passivo ambiental, eu não acho bom, por mais que nós tenhamos no nosso modo de viver historicamente essa relação intrínseca com o meio ambiente, e dele nós cuidamos porque dele nós dependemos para viver. Mas eu não acho bom traduzir isso na letra da lei, porque é incorporar a nós mais um conjunto de obrigações para além daquelas que normalmente nós já temos.

Em algum ponto aqui fala sobre função social da terra, isso é uma perspectiva da reforma agrária, que não é uma boa perspectiva para tratar das comunidades tradicionais, cuja relação com a terra, com o território, não se parece com o que prevê a lei de reforma agrária.

Enfim, então se a gente for debater o projeto de lei em si, que acho que é o que essa audiência pública propõe, a gente tem muitos pontos que a gente gostaria de incidir sobre eles.

Quando a gente fala sobre educação a gente precisa qualificar melhor, a gente precisa detalhar melhor. A educação escolar quilombola, depois da regularização fundiária, naturalmente, é o grande ponto sensível da nossa discussão. A gente entende que o estado erra em nossos territórios, ou pela omissão ou por ação. Nós temos nos nossos territórios escolas racistas, que não consideram a nossa história, não consideram a nossa cultura. Inclusive o projeto de lei, ele fala em...

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Acho que o senhor Ronaldo teve dificuldade com a conexão.

De qualquer maneira já vou responder ao Sr. Ronaldo enquanto ele recupera a sua conexão. A ideia desse parágrafo que o Sr. Ronaldo citou é justamente para que a gente não dê chances de quem utiliza as terras para grilagem, enfim, aquele todo processo de que as terras sejam outorgadas por grileiros, para a gente impedir que isso ocorra, mas que garanta que as comunidades tradicionais tenham o direito a terra.

De qualquer forma, Sr. Ronaldo, a atenção que o senhor chama para esse dispositivo é fundamental, e a ressalva que o Sr. Ronaldo também traz com relação à educação é central, uma vez que a gente tem a lei 10.639 que traz essa obrigatoriedade do ensino da cultura e da história afro-brasileira, que tem a ver, em especial, com a nossa população quilombola, é essencial.

Então nesse sentido, eu gostaria de saber se o Sr. Ronaldo pode concluir a sua fala, se conseguiu recuperar a sua conexão.

O SR. RONALDO DOS SANTOS - Vamos concluindo, porque na verdade eram muitos pontos que a gente precisaria de debater, mas eu acho que a gente não consegue fazer isso aqui agora.

Inclusive, eu gostaria de, em nome do movimento, solicitar uma audiência com a deputada, um encontro entre o mandato e o movimento social, para debater esse projeto de lei especificamente (falha na transmissão sonora) ... audiência pública. Mas é muito importante a gente ampliar esse debate.

Eu teria outras questões a considerar, mas eu entendo que o formato da audiência pública talvez não permita. Então eu encerro a minha fala, deixando aqui a nossa preocupação em construir esse projeto de lei com maior qualidade possível para que a gente realmente possa avançar. Porque são tantos anos de passivo que a gente precisa, nesse momento, mais acertar do que errar. É esse o sentimento que eu tenho, e a gente considera uma oportunidade de fazer isso, acertar mais do que errar.

Está bom, deputada? Então agradeço o espaço, e seguimos no diálogo.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Está ótimo, Sr. Ronaldo, muito obrigada pelas considerações, pelo olhar atento ao projeto de lei. Sem dúvida nenhuma teremos uma nova oportunidade de construir essa reunião, digamos assim, mais íntima nesse sentido de uma proximidade maior para que a gente possa detalhar o projeto de lei e assim conseguir conduzi-lo a atender às necessidades, hoje, da população dos povos tradicionais e da população quilombola. Então, agradeço demais a sua participação e reflexão.

Eu gostaria já de convidar a Sra. Fernanda Peralta, que é assessora técnica da Secretaria estadual do meio ambiente e sustentabilidade. Sra. Fernanda, quero agradecer a presença, e a senhora dispõe de dez minutos para as suas reflexões.

O SR. SÉRGIO MARTINS - Como eu tinha falado anteriormente com a senhora, estão me sinalizando várias vezes no celular, e eu vou ter que sair porque nós vamos entrar em uma reunião com a FIRJAN e a sala terá que ser ocupada.

Mas desde já coloco a Secretaria à sua disposição, tudo que a senhora e os demais participantes dessa reunião acharem pertinentes à Secretaria, que nos envie, de modo que nós possamos colaborar com o seu projeto de lei.

Já parabeno a senhora pela iniciativa, é um belo projeto. Agradeço a participação da Sra. Ivone, da Sra. Deusimar, do Sr. Ronaldo. E parabenizar também o profissionalismo e a gentileza da Sra. Elaine, a secretária dessa comissão, que nos recebeu muito bem.

Muito obrigado e coloco-me à disposição. Um belo final de semana para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Muito obrigada Sr. Sérgio. Sem dúvida nenhuma, contactaremos a Secretaria estadual de desenvolvimento econômico para essa escuta e para o detalhamento desse projeto de lei, e ouvindo também as comunidades quilombolas que são importantíssimas, as comunidades pesqueiras, caiçaras, enfim, todos aqueles que correspondem aos nossos povos tradicionais. Então agradeço a participação, que a gente possa ter um outro momento para que a gente aprofunde uma política pública que faça sentido para a nossa população.

Muito obrigada. Então, nesse sentido, também gostaria de anunciar e agradecer a presença da nossa deputada Célia Jordão. E anunciar também a ausência da deputada Marta Rocha, que nos justificou, e também da própria deputada Zeidan que está em outra reunião, disse que tentaria passar aqui, então vamos aguardar para ver se ela consegue fazer o uso da fala, mas de qualquer maneira agradecer aos retornos dados pelos deputados e pelas deputadas.

A Sra. Fernanda Peralta, que é assessora técnica da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, dispõe de dez minutos para fazer a sua fala. Muito obrigada Sra. Fernanda.

A SRA. FERNANDA PERALTA - Eu que agradeço, boa tarde a todos e a todas. Deputada Renata Souza, obrigada pelo convite.

O secretário Thiago Pampolha, ao receber o convite para participar dessa audiência, fez questão de se fazer representado por não poder estar hoje. Mas ele disse que queria muito participar desse tema, desse assunto, e aí pediu que nós viéssemos representando-o. Temos mais outras colegas da SEAS aqui, eu creio que elas serão chamadas também, para fazer uma fala.

A superintendência onde eu atuo, é a superintendência de gestão de resíduos sólidos, ligada à subsecretaria de saneamento. Nosso foco de trabalho é o desenvolvimento das políticas públicas para a gestão de resíduos. No momento nós não temos nenhuma atuação com foco em comunidades tradicionais; nós trabalhamos com catadores de materiais recicláveis, e aí sim temos todo um trabalho voltado para esse público. Acabamos de aprovar um projeto e lançá-lo agora no início dessa semana.

E a ideia de compor, de participar hoje com vocês dessa audiência pública, é justamente para entender melhor onde a SEAS pode se encaixar e seguir adiante junto com vocês. A gente veio para ouvir também, o que seria uma demanda acessível para a SEAS compor.

Lembrando que licenciamento ambiental, como foi levantado aqui pela dona Ivone, é com o INEA. O Instituto Estadual do Ambiente, ele é responsável pelas questões ligadas ao licenciamento ambiental. Então, inclusive poderíamos ser convidados para outras oportunidades, para fazer mais falas sobre esse assunto, não cabendo a SEAS. Mas no que nos couber, a partir de agora eu creio que a gente vai passar a acompanhar, não só no âmbito das comunidades tradicionais, mas da comissão de erradicação da pobreza, onde a gente tem um outro tipo de atuação também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Perfeito Sra. Fernanda, muito obrigada. Sem dúvida nenhuma, o Sr. secretário foi nosso colega aqui na Assembleia Legislativa e com certeza uma sensibilidade ao tema. Vamos provocá-lo mais vezes justamente para que a gente possa ter na política ambiental, na política sustentável do nosso estado, um olhar mais sensível à situação hoje das comunidades e povos quilombolas em especial, - porque estão, e aqui já foi dito - nos espaços rurais onde há um olhar muito provocativo no que tange à especulação imobiliária, no que tange também à ocupação do solo, em especial por empresas que são pouco feitas à preservação do meio ambiente. Então, nesse sentido, é fundamental que estejamos coadunados e conversando sempre com a Secretaria de meio ambiente e sustentabilidade.

Então, muito obrigada, Sra. Fernanda. Faça agora o convite à Sra. Marilda de Souza Francisco, que é coordenadora da associação de quilombo de Santa Rita do Bracuí, de Angra dos Reis. A senhora dispõe de dez minutos, Sra. Marilda, e muito obrigada pela participação.

Sra. Marilda? Bom, vamos fazer o seguinte, quando a Sra. Marilda conseguir adentrar aqui a sala, a gente dá a palavra para ela.

Então aproveitando o tempo que nós temos, já vou convidar a Sra. Irlaine Alvarenga, Superintendente de Sustentabilidade também da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade do Estado. A senhora dispõe de dez minutos.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Olá, boa tarde. Eu também sou da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Então, a fala da Fernanda Peralta coaduna com a minha. A gente está aqui contribuindo com a mesma fala. O nosso secretário Thiago Pampolha foi convidado para estar aqui na reunião e para contribuir com políticas públicas dentro do escopo do que está sendo discutido hoje.

Hoje na SEAS, bem como disse a Fernanda, a gente tem algumas políticas públicas de gestão de resíduos. Eu como Superintendente de Sustentabilidade nós temos projetos, mas nenhuma política voltada especificamente para o escopo do que está sendo discutido aqui hoje. Então, isso salienta, na verdade, a importância de a gente estar aqui. Então, a gente inclusive agradece o fato de ter sido chamadas para essa reunião.

Agradecemos o convite, acho importante também a Secretaria estar sendo representada. Então, estamos assim, dispostos a ouvir um tema que tem muita ação de intercessão com a nossa Secretaria, especialmente até com a minha Superintendência, que é de Sustentabilidade. Então, a gente quer saber em que a gente pode contribuir. Temos alguns projetos, inclusive alguns que têm o foco na questão da erradicação da pobreza, o ODS está sendo muito utilizado dentro da nossa Secretaria. Então, a gente tem alguns focos, mas eu acho que precisava de uma política pública específica.

Até conversando com a Peralta ontem, por conta da reunião de hoje a gente viu a possibilidade de a gente estar abrindo mais essa discussão dentro da nossa Secretaria, formando até mesmo grupos de trabalho onde a gente possa levantar possibilidades, e ver se em outras áreas, outras áreas com temas afetos, a gente poderia estar trazendo para estar contribuindo.

Então, todos os projetos que a gente tem na área de sustentabilidade estão voltados, especialmente os que estão saindo agora, não é, são todos voltados para jovens, e da região metropolitana; não tem nenhum grupo específico territorial. O que não quer dizer que não possa ser feito e a gente não possa pensar.

Então, assim, nós nos colocamos à disposição, inclusive o nosso material, os nossos projetos, as nossas áreas que nós temos. Não sei se é possível depois a gente manter algum contato. Até falava com a Fernanda um pouco antes se é possível ter outra pessoa também, porque está com a gente aqui... nós estamos com três pessoas representando a Secretaria hoje nessa reunião, e que uma de nós pudesse participar mais até mesmo para entender e saber onde a gente pode ajudar. Porque que a gente pode ajudar é fato, e acho que a Secretaria deve ter um olhar mais apurado para essa política, e pode contribuir.

Então, nossa participação hoje é no sentido de nos colocarmos à disposição os nossos temas, as nossas Superintendências, os nossos projetos e tentar colocar dentro do nosso PPA, dentro dos nossos trabalhos estratégicos ações de fomento de trabalho que coadunem com os projetos que estão andando dentro do Estado em outros órgãos e até mesmo com a sociedade civil, junto com a sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Muito obrigada, Sra. Irlaine. Sem dúvida nenhuma a gente vai conseguir aí costurar com o Secretário formas de pensarmos juntos tanto a questão do meio ambiente, quanto a sustentabilidade a partir de políticas públicas que saiam dessa Casa Legislativa. Eu acho que essa é uma oportunidade enorme. A gente também tem outros temas relacionados à sustentabilidade, relacionados diretamente à miserabilidade.

Nós já fizemos uma visita técnica com relação aos lixões do Estado do Rio de Janeiro, estivemos no lixão de Teresópolis, na comunidade do Fischer onde já encontramos uma situação completamente degradante, em especial das pessoas que vivem ali da coleta seletiva. Então, nesse sentido a gente vai realmente chegar muito até vocês, complementando políticas possíveis nesses espaços, e em especial nesse momento em que a gente está vendo aí o avanço da miserabilidade, o avanço do abismo social também, que já existia antes da pandemia, mas que com a pandemia está muito mais evidente e dramático.

Então, nesse sentido, quero agradecer demais a participação das senhoras.

Quero convidar o Sr. Alexandre Anderson, que é da Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara, Ahomar. Alexandre Anderson é um companheiro. Chamo-o de companheiro porque acompanhei muito próximo a realidade da Ahomar e da situação de vulnerabilidade, inclusive de ameaça, ao próprio Alexandre Anderson de acordo ali com a situação completa de vulnerabilidade das comunidades pesqueiras.

Então, Alexandre Anderson, bem-vindo. O senhor dispõe de dez minutos para fazer uso da sua fala.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON - É bom te ver novamente, Deputada Renata, Deputada, representante de fato das populações tradicionais e de vulnerabilidade nesse Estado, isso aí eu posso afirmar com bastante denodo. Então, nós estamos falando aqui de comunidades tradicionais. Eu dei uma pequena passada no projeto. O projeto é bastante completo. Creio que ainda é uma minuta, não é, Deputada? Dentro desse projeto de Lei ele nos contempla. Tomara que não tenha muita mudança, muitas emendas durante essa tramitação.

Uma coisa, antes de comentar um pouco sobre a questão do projeto de Lei 4038/21, é fazer uma pequena sugestão, uma questão até lúdica, amorosa, e meu pedido nosso das comunidades tradicionais da Baía de Guanabara para você, nobre Deputada, incluir a questão da água, a questão dos rios. Hoje nós temos várias comunidades à montante dos rios, temos várias comunidades ribeirinhas. Eu posso falar que incluir essa questão do pescador artesanal, o caiçara é muito importante. Tanto é que a gente se converge, a gente se vê junto com os quilombolas, com os indígenas, eu sou mesmo descendente de indígena, inclusive de caboclo, de negro. Inclusive eu cumprimento aqui a companheira de Magé, que eu moro em Praia de Mauá, Ivone, prazer revê-la. É uma lutadora.

Então, sabemos que muitos dos quilombos, pode-se citar o quilombo (não compreendido) do Feital, lá em Magé, Quilombo Maria Conça, tem pescadores, catadores de caranguejo são amparados também pela nossa organização chamada Ahomar. Temos uma organização chamada Aomaquet(?) que é conhecida mundialmente, mas é a Associação 11 mulheres (não compreendido) Baía de Guanabara, onde congrega um pouco mais de 1700 pescadores aqui na Baía de Guanabara. Nesses 7 municípios que banham, 400 km² de água, não somando ao montante dos rios. E tem outras comunidades, posso citar em Magé mesmo, a própria comunidade do roncador do canal, que é bem a montante dos rios.

Dentro desse contexto, é muito visibilizado, Deputada, nesse projeto de lei ele nos contempla sim, mas ele é gigantesco, no sentido que ele vai abranger, no mínimo, 90 comunidades, núcleos e vilas de pescadores só na região metropolitana no Rio de Janeiro. Isso mapeado, atualizado por nós. Presencialmente nós temos comunidades escondidas invisibilizadas, eu não sei se é propositalmente pelo poder público.

Então, temos mais de 90 comunidades pesqueiras, dentro dessas, mapeado por nós, mais de 30 entidades de pesca com ou sem CNPJ organizadas. São comunidades importantíssimas. Temos comunidades hoje que estão sendo criadas, posso dizer com muito orgulho: estamos criando, ajudando a criar a Associação do Pescadores da Vila dos Pinheiros, Maré.

Isso está nos dando muito orgulho, tem umas lideranças lá maravilhosas, mas estão invisibilizados inclusive dos olhos humanos, estão abaixo da linha vermelha, poucos sabem que ali embaixo tem mais de 100 barcos, mais de 100 famílias que vivem ali em uma área insalubre, mas que trazem o pescado da Baía de Guanabara, pescado esse que o próprio estudo e universidade mostram que é responsável por mais de 70% do peixe consumido na região metropolitana; oriundo da Baía de Guanabara.

Então, falar de Rio de Janeiro eu me sinto à vontade para falar um pouco de Baía de Guanabara. Dentro desse contexto, tenho 50 e poucas ilhas, ilhotas, algumas ocupadas para fins militares, outras ocupadas para fins de offshore, de petróleo, de gás. Isso é um impacto muito grande, são passivos que convivemos, mas, mesmo assim, temos muita vida na Baía de Guanabara, temos pescadores, temos mais de 6 unidades de conservação, algumas federais, que são algumas respeitadas pela indústria, outras não. Nós hoje somos guardiões da Baía de Guanabara.

Posso dizer, um amigo meu ambientalista chamado Miguel, diz que nós somos os verdadeiros medidores ecológicos do ecossistema em que vivemos. Então, a presença do pescador, do quilombola, dos indígenas é sinônimo de qualidade daquele ecossistema. Enquanto estivermos ali pescando, plantando, colhendo, a gente prova que ali tem vida. Então, é importantíssimo esse teu projeto nesse sentido de nos permanecer no território, salvaguardar e resguardar esse território.

Então, eu parabeno esse projeto de muitas formas, mas dentro desse contexto, que vamos falar um pouco sobre Baía de Guanabara, existem hoje ativos mais de 12 estaleiros e grande parte deles é para atividade de offshore, de petróleo e gás, de plataforma, reparos, que são poluidores. São geradores de poluição, e aproveitar a presença de algumas pessoas aqui do Poder Público, que chegue também às outras entidades do Poder Público, que a essas atividades poluidoras não há uma fiscalização; elas não são fiscalizadas.

A gente faz o monitoramento hoje na Baía de Guanabara, uma coisa que tomou vulto internacional, que é o monitoramento participativo, através da Patrulha Ambiental de Pesca, a gente in loco faz toda uma diligência na Baía de Guanabara, verificando questão estética, questão de vazamento, levantamento de navios poluidores, rebocadores, áreas fundeios irregulares, os pieres, que são geradores de poluição, de resíduos, os lixões que estão com o seu chorume sendo lançados nos corpos d'água, por sua vez na Baía de Guanabara.

Então, dentro desse levantamento a gente traz para a comunidade hoje como mais uma arma, uma ferramenta de luta esse projeto. Esse projeto saindo, você pode contar conosco. Os novos Deputados que estão apoiando podem contar conosco, no sentido físico, no sentido de espírito, de força, porque a gente apoia esse projeto. A gente pede só que faça esses aditivos, coloque o caiçara, o pescador artesanal, não em detrimento dos outros, porque eu sou negro também, eu sou indígena também.